



JOTA ELE CONSTRUÇÕES CIVIS S/A - CNPJ nº 77.591.402/0001-32

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021

Para versão digital acesse o link:

https://tribunapr.uol.com.br/publicidade-legal/anunciante/jota-ele-construcoes-civis-sa/

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter ao exame de V.S.as, o relatório da administração, consubstanciado nas Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2021. Registramos nossos agradecimentos aos senhores acionistas e a todos os clientes, fornecedores e funcionários.

Curitiba, 25 de abril de 2022.

A DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31.12.2021

Período 01.01.2021 a 31.12.2021 e 2020

	2021	2020
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE	842.132.134,93	690.724.675,22
Caixa e Equivalentes	13.301.455,86	13.258.224,72
Contas a Receber	555.630.108,65	411.103.963,21
Estoques	270.899.251,54	264.309.162,80
Despesas pagas Antecipadamente	2.301.318,88	2.053.324,49
NÃO CIRCULANTE	94.195.618,80	93.144.858,47
Realizável em Longo Prazo	93.132.095,38	92.822.797,43
Depósitos e Cauções	1.063.523,42	322.061,04
INVESTIMENTOS	213.492.385,50	189.211.761,73
Investimentos	144.714.342,96	123.059.335,31
Imobilizado	84.119.108,78	76.842.050,05
(-) Depreciações Acumuladas	(15.974.137,86)	(11.536.458,93)
Intangível	1.071.723,22	1.071.723,22
(-) Amortizações Acumuladas	(438.651,60)	(224.887,92)
TOTAL DO ATIVO	1.149.820.139,23	973.081.295,42

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31.12.2021

Período 01.01.2021 a 31.12.2021 e 2020

	2021	2020
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE	250.377.782,02	180.364.112,71
Fornecedores	16.613.504,73	12.537.851,48
Obrigações Fiscais	2.290.260,64	1.132.722,50
Empréstimos e Financiamentos	95.889.318,30	58.504.344,93
Obrigações Previdenciárias e Sociais	8.010.777,53	7.056.508,11
Outras Obrigações	127.573.920,82	101.132.685,69
NÃO CIRCULANTE	487.799.300,84	406.581.805,68
Exigível em Longo Prazo	314.388.025,24	239.195.538,36
Empréstimos e Financiamentos	173.411.275,60	167.386.267,32
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	411.643.056,37	386.135.377,03
Capital Social	39.663.656,69	39.632.356,69
Reservas de Capital	180.583.754,05	180.583.754,05
Lucros ou Prejuízo Acumulados	191.395.645,63	165.919.266,29
TOTAL DO PASSIVO	1.149.820.139,23	973.081.295,42

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS EM 31.12.2021

Período 01.01.2021 a 31.12.2021 e 2020

	2021	2020
RECEITAS OPERACIONAIS		
Receitas de Vendas	32.915.404,61	14.929.020,84
Receita de Aluguéis	7.087.682,28	5.831.928,89
Receita de Serviços	351.088.588,14	305.326.624,97
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	391.091.675,03	326.087.574,70
(-) Deduções de Vendas	(21.383.471,65)	(16.802.200,30)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	369.708.203,38	309.285.374,40
CUSTOS	(304.688.538,48)	(240.337.709,36)
Custo de Vendas	(28.067.623,45)	(8.339.268,06)
Custos de Obras	(158.611.828,45)	(96.580.898,04)
Custos de Serviços	(367.582.594,41)	(290.795.740,91)
Custos Administrativos	(11.122.196,47)	(7.756.975,30)
Transferência	260.695.704,30	163.135.172,95
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	65.019.664,90	68.947.665,04
DESPESAS OPERACIONAIS	(29.758.109,69)	(32.564.396,48)
Despesas Administrativas	(42.636.986,80)	(32.283.732,88)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	40.475.481,34	16.328.645,71
Despesas Financeiras	(27.446.999,34)	(16.562.813,53)
Despesas Não Dedutíveis	(149.604,89)	(46.495,78)
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	520.050,05	(320.101,81)
PROVISÕES P/ IMPOSTOS	-	-
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	35.781.605,26	36.063.166,75

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em unidade de Reais)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Em 01 de março de 2013 a Administração realizou uma Assembleia visando a Constituição de Sociedade Anônima por transformação de Sociedade Limitada. A ata correspondente foi registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº 41300086885 em 22/03/2013.

A partir de então passou a usar o nome comercial de JOTA ELE CONSTRUÇÕES CIVIS S/A.

CONTEXTO OPERACIONAL

A JOTA ELE CONSTRUÇÕES CIVIS S/A é uma Companhia fechada e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 77.591.402/0001-32, com sede em Curitiba (PR), na Avenida Sete de Setembro, nº 4698, 22º andar do Edifício Batel Office Tower, bairro Batel.

A JOTA ELE CONSTRUÇÕES CIVIS S/A tem por objeto social a atividade da construção civil, serviços de engenharia civil, elétrica, e mecânica, desmembramento ou loteamento de terrenos, incorporação imobiliária ou construção, compra e venda de imóveis, administração e locação de bens de terceiros e shopping centers, importação e exportação, em conformidade com as disposições estatutárias em seu artigo terceiro.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários e pelo IFRS - International Financial Reporting Standard.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Mudanças em Políticas Contábeis

No processo de convergência ao IFRS conforme as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as principais mudanças com impactos sobre as políticas contábeis adotadas pela empresa foram:

- A mensuração de determinados ativos financeiros mantidos para negociação ao valor justo por meio do resultado.
- O reconhecimento da receita de vendas pelo seu valor justo, com o respectivo ajuste a valor presente das contas a receber de longo prazo e de curto prazo quando relevantes.
- A reclassificação de itens do ativo imobilizado para o ativo intangível e a interrupção da amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida.
- A realização de testes de recuperabilidade dos ativos nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01, sempre que houver indicações internas ou externas de estes possam estar desvalorizados.
- Criação da conta de ajuste de avaliação patrimonial para contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vinculadas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3. Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensadas entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação.

3.4. Caixa e Equivalentes de Caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31.12.2021

Período 01.01.2021 a 31.12.2021 e 2020

DMPL	Capital social	Lucros Acumulados	Reservas	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
31.12.2018	39.370.100,00	94.535.300,88	1.931,53	181.494.399,47	315.401.731,88
Lucro do Exercício	0,00	36.177.390,16	0,00	0,00	36.177.390,16
Ajuste Ex Anterior	0,00	1.150.000,00	0,00	0,00	1.150.000,00
Ajuste Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	-866.576,95	-866.576,95
Capital a Integralizar	245.000,00	0,00	0,00	0,00	245.000,00
31.12.2019	39.615.100,00	131.862.691,04	1.931,53	180.627.822,52	352.107.545,09
Lucro do Exercício	0,00	36.063.166,75	0,00	0,00	36.063.166,75
Distribuição de Lucros	0,00	-2.006.591,50	0,00	0,00	-2.006.591,50
Ajuste Ex Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajuste Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	-46.000,00	-46.000,00
Capital a Integralizar	17.256,69	0,00	0,00	0,00	17.256,69
31.12.2020	39.632.356,69	165.919.266,29	1.931,53	180.581.822,52	386.135.377,03
Lucro do Exercício	0,00	35.781.605,26	0,00	0,00	35.781.605,26
Distribuição de Lucros	0,00	-3.631.300,00	0,00	0,00	-3.631.300,00
Ajuste Ex Anterior	0,00	-6.673.925,92	0,00	0,00	-6.673.925,92
Ajuste Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capital a Integralizar	31.300,00	0,00	0,00	0,00	31.300,00
31.12.2021	39.663.656,69	191.395.645,63	1.931,53	180.581.822,52	411.643.056,37

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31.12.2021

Período 01.01.2021 a 31.12.2021 e 2020

Método Indireto	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	35.781.605,26	36.063.166,75
Ajuste por:		
Depreciação	4.651.442,61	1.215.550,94
Variação dos Ativos e Passivos		
Contas a Receber	(144.526.145,44)	(116.245.876,93)
Estoques de Imóveis	(6.590.088,74)	3.569.369,98
Despesas Antecipadas	(247.994,39)	615.997,32
Fornecedores	4.075.653,25	2.155.829,26
Empréstimos e Financiamentos	37.384.973,37	(36.305.442,63)
Obrigações Fiscais	1.157.538,14	192.331,18
Obrigações Sociais	954.269,42	1.388.783,07
Outras Obrigações	26.441.235,13	(1.403.649,19)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(40.917.511,39)	(108.753.940,25)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Imobilizado	(7.277.058,73)	(1.581.677,29)
Intangível	-	-
Investimentos	(21.655.007,65)	(2.940.282,82)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(28.932.066,38)	(4.521.960,11)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Realizáveis em longo prazo	(309.297,95)	(9.084.730,63)
Depósitos e cauções	(741.462,38)	27.481,64
Obrigações em longo prazo	75.192.486,88	63.137.582,29
Outras obrigações em longo prazo	-	(3.518.502,59)
Empréstimos e Financiamentos em longo prazo	6.025.008,28	76.528.633,02
Variacoes no Patrimônio Líquido	(10.273.925,92)	(2.035.334,81)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	69.892.808,91	125.055.128,92
Aumento/Redução das Disponibilidades (1+2+3)	43.231,14	11.779.228,56
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES	43.231,14	11.779.228,56
Saldo Inicial De Caixa e Equivalentes	13.258.224,72	1.478.996,16
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	13.301.455,86	13.258.224,72

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31.12.2021

Período 01.01.2021 a 31.12.2021 e 2020

Em R\$	31/12/2021	31/12/2020
1. RECEITAS	691.737.365,82	505.231.291,55
1.1 Receita de Vendas	32.915.404,61	14.929.020,84
1.2 Receita de Aluguéis	7.087.682,28	5.831.928,89
1.3 Receita de Serviços	351.088.588,14	305.326.624,97
1.4 Receita Não Operacional	301.691.235,69	179.143.716,85
1.5 Deduções	(1.045.544,90)	-
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(493.418.219,56)	(355.607.221,78)
2.1 Custos de Vendas	(8.768.079,24)	(6.657.581,28)
2.2 Custos de Obras	(177.911.372,66)	(98.262.584,82)
2.3 Custos de Serviços	(279.898.634,30)	(228.961.630,19)
2.4 Custos Administrativo	(11.122.196,47)	(7.756.975,30)
2.5 Energia, Serviços de Terceiros e Outras Desp. Op.	(15.717.936,89)	(13.968.450,19)
3. RETENÇÕES	(4.675.512,22)	(1.585.125,54)
3.1 Depreciação e Amortização	(4.675.512,22)	(1.585.125,54)
4. VALOR ADICIONADO LIQ. PROD. PELA ENTIDADE	193.643.634,04	148.038.944,23
5. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANFERENCIA	204.479,19	370.432,34
5.1 Receitas Financeiras	204.479,19	370.432,34
6. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	193.848.113,23	148.409.376,57
7. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	193.848.113,23	148.409.376,57
7.1 Pessoal e Encargos	107.137.299,02	77.743.108,64
7.2 Impostos, Taxas e Contribuições	23.277.730,42	17.669.855,31
9.3 Despesas Financeiras e Aluguéis	27.651.478,53	16.933.245,87
9.4 Lucro ou Prejuízo do Exercício	35.781.605,26	36.063.166,75

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

3.5. Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias:

- registrados pelo valor justo, e
- empréstimos e recebíveis.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros registrados pelo valor justo;

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia.

Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa".

Reconhecimento e mensuração:

durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.13. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.14. Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.15. Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução do bem, podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

3.16. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- Impairment dos ativos imobilizados e intangíveis; e
- Expectativa de realização dos créditos tributários.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa	950.325,04	1.020.649,22
Banco Conta Movimento	6.119.425,76	852.647,52
Aplicações Financeiras	6.231.705,06	11.384.927,98
	13.301.455,86	13.258.224,72

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER E DEMAIS CRÉDITOS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Promitentes Comp. De Imóveis	65.902.710,56	28.700.012,21
Faturas a receber	100.400.044,76	83.406.426,91
Adiantamentos a Fornecedores	375.366,61	560.623,05
Impostos a Recuperar	15.542.943,55	16.388.729,56
Créditos Diversos	5.480.588,86	5.480.588,86
Créditos Consorciadas	367.216.195,85	275.872.725,52
Consórcio em andamento	712.258,46	694.857,10
	555.630.108,65	411.103.963,21

NOTA 6 – ESTOQUES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Terrenos a comercializar	246.536.006,05	248.448.224,91
Imóveis Usados Adq. de Terceiros	8.905.972,76	7.647.884,68
Imóveis Concluídos	15.027.746,10	7.746.982,78
Imóveis em Construção	-	36.543,80
Loteamentos Concluídos	57.526,63	57.526,63
Veículos	372.000,00	372.000,00
	270.899.251,54	264.309.162,80

NOTA 7 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamento p/ Aumento de Capital	344.439,71	344.439,71
Outros Débitos	92.787.655,67	92.478.357,72
	93.132.095,38	92.822.797,43

NOTA 8 – IMOBILIZADO

TABELA DA NOTA EXPLICATIVA NOTA 8 – IMOBILIZADO

	Imóveis	Márquins e Equip de Obras	Veículos	Móveis e Utensílios	Séde Adm e Imobiliária	Equip de CPD e Outros	Total
Em 31.12.2018							
Custo	147.708,10	19.999.759,96	25.250.059,45	355.924,32	25.258.114,61	770.209,53	71.781.775,97
Depreciação Acumulada	0,00	3.049.445,08	5.112.906,00	234.733,05	47.158,07	1.088.642,21	9.532.884,41
Valor Contábil Líquido	147.708,10	16.950.314,88	20.137.153,45	121.191,27	25.210.956,54	-318.432,68	62.248.891,56
Em 31.12.2019							
Custo	147.708,10	22.296.267,03	26.085.931,35	384.680,20	25.258.114,61	1.087.671,47	75.260.372,76
Depreciação Acumulada		3.900.966,79	5.557.278,25	242.353,85	47.158,07	786.914,71	10.534.671,67
Valor Contábil Líquido	147.708,10	18.395.300,24	20.528.653,10	142.326,35	25.210.956,54	300.756,76	64.725.701,09
Em 31.12.2020							
Custo	147.708,10	23.941.711,93	25.950.381,35	384.680,20	25.258.114,61	1.159.453,86	76.842.050,05
Depreciação Acumulada	0,00	4.593.124,16	6.001.650,50	249.974,65	47.158,07	644.551,55	11.536.458,93
Valor Contábil Líquido	147.708,10	19.348.587,77	19.948.730,85	134.705,55	25.210.956,54	514.902,31	65.305.591,12
Em 31.12.2021							
Custo	147.708,10	29.183.571,42	27.752.926,69	388.278,35	25.429.433,09	1.217.191,13	84.119.108,78
Depreciação Acumulada	0,00	6.048.158,39	7.909.403,07	255.828,02	713.762,92	1.046.985,46	15.974.137,86
Valor Contábil Líquido	147.708,10	23.135.413,03	19.843.523,62	132.450,33	24.715.670,17	170.205,67	68.144.970,92

A Companhia procedeu a revisão da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, atendendo em especial o Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil, e a Interpretação Técnica ICPC 10.

Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “in loco” de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens;
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

NOTA 09 – INTANGÍVEL

	INTANGÍVEL		
	Marcas e Patente	Direitos de Uso	Total
Em 31.12.2019			
Saldo Inicial	2.905,00	1.026.149,82	1.029.054,82
Adições	-	31.544,16	31.544,16
Amortizações	-	-	-
Saldo Final	2.905,00	1.057.693,98	1.060.598,98
Em 31.12.2020			
Saldo Inicial	2.905,00	1.057.693,98	1.060.598,98
Adições	-	-	-
Amortizações	-	213.763,68	213.763,68
Saldo Final	2.905,00	843.930,30	846.835,30
Em 31.12.2021			
Saldo Inicial	2.905,00	843.930,30	846.835,30
Adições	-	-	-
Amortizações	-	213.763,68	213.763,68
Saldo Final	2.905,00	630.166,62	633.071,62

As marcas e patentes e direitos de uso, por serem classificados como intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos ao teste de recuperabilidade, de forma anual, não tendo sido identificadas perdas por “impairment”.

NOTA 10 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a empresa realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes sofreram perdas por “impairment”. Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Em 31 de dezembro de 2013 a empresa realizou o teste de Recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos, não sendo identificadas perdas por “impairment”.

NOTA 11 – FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecedores	16.613.504,73	12.537.851,48
Obrigações Fiscais	2.290.260,64	1.132.722,50
Obrigações Previdenciárias e Sociais	8.010.777,53	7.056.508,11
	26.914.542,90	20.727.082,09

NOTA 12 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamento de Clientes	61.309.325,97	22.686.348,05
Outras Obrigações	51.306.214,36	63.950.344,99
Outros Débitos	14.572.205,60	13.403.971,65
Provisões Trabalhistas	384.682,30	1.088.812,90
Cheques a Compensar	1.492,59	3.208,10
	127.573.920,82	101.132.685,69

NOTA 13 – EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Outros Débitos Consorciadas		
Jota Ele Kiiir	93.773.037,06	78.383.766,71
Jota Ele / SH/CDG/Exxa	140.402.095,47	105.231.413,55
Consórcio Jota Ele /Steinge	51.578.940,27	44.836.598,51
Consórcio Jota Ele / Planaterra / Iguatemi	15.658.269,56	1.892.912,60
Consórcio Jota Ele /MBM	5.604.593,28	48.653,72
	307.016.935,64	230.393.345,09

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Debitos Consolidados		
Parcelamento Tributário	7.371.089,60	8.802.193,27
	314.388.025,24	239.195.538,36

NOTA 14 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Capital de Giro	82.239.872,02	43.419.893,02
Financiamento Construção	9.978.805,35	13.112.442,32
Financiamento	-	-
Outros	3.670.640,93	1.972.009,59
Total do Circulante	95.889.318,30	58.504.344,93

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Não Circulante		
Capital de Giro	100.698.538,56	88.901.797,72
Financiamento Imobilizado	67.105.190,37	76.578.888,65
Outros	5.607.546,67	1.905.580,95
Total do Não Circulante	173.411.275,60	167.386.267,32

NOTA 15 – RECEITAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas de Vendas	32.915.404,61	14.929.020,84
Receitas de Aluguéis	7.087.682,28	5.831.928,89
Receitas de Serviços	351.088.588,14	305.326.624,97
Receita Operacional Bruta	391.091.675,03	326.087.574,70
Impostos sobre Receita	(20.337.926,75)	(16.802.200,30)
Deduções de Vendas	(1.045.544,90)	-
Receita Operacional Líquida	369.708.203,38	309.285.374,40

NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Foi aprovado nas reuniões do Conselho de Administração e deliberação de Sócios, Cisão Parcial da Jota Ele Construções Civis S/A, sendo realizado a redução de Capital Social por Cisão Parcial, com registro na junta Comercial do Paraná através da 12ª Ata registrada sob o número 20172967473, passando o Capital Social de R\$ 40.000.000 (quarenta milhões de reais) dividido em 40.000.000 (quarenta milhões) de ações ordinárias, sem valor nominal, para o valor de R\$ 39.340.000 (trinta e nove milhões trezentos e quarenta mil reais) dividido em 39.340.000 (trinta e nove milhões trezentos e quarenta mil) de ações ordinária. Cascavel (PR), 31 de dezembro de 2021.

JOÃO LUIZ FELIX Diretor Presidente CPF nº 582.657.328-72	JADETE LORENSI Contadora CPF nº 525.141.709-82 CRC-PR nº 033.152/0-2
---	--

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 26 de abril de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 8 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- Nota explicativa 12 - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado;
- Nota explicativa 10 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa 26 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saldas de recursos; e
- Nota explicativa 27 - mensuração do valor justo e classificação de instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das empresas a seguir relacionadas:

Empresas	Controle	2020	2019
Supremo Cimentos S/A	Direto	96,53%	96,53%
Margem Companhia de Mineração	Indireto	100%	100%

(ii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor), sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante, quando aplicável.

d. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

e. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem partes das disposições contratuais do instrumento.

(ii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia e suas controladas realizarem transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui um contrato indexado em moeda estrangeira e para tanto realizou a contratação de instrumento financeiro para proteção cambial.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado". O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matéria-prima, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo histórico menos o valor da depreciação e de qualquer valor não recuperável acumulado. O custo histórico foi ajustado para refletir o custo atribuído dos terrenos, veículos e jazidas minerais na data de transição para os CPC/IFRS.O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

O Grupo inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Quando da comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida, os correspondentes gastos com estudos e pesquisas minerais incorridos são capitalizados como custo de formação da mina. Os custos com a aquisição de direitos de exploração de minas são capitalizados e amortizados com base na exaustão de minas. Após o início da fase produtiva da mina, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção. A exaustão de recursos minerais é calculada com base na vida útil-econômica estimada que reflete a expectativa da quantidade de minério a ser extraído.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação da jazida é feita em função da quantidade anual extraída (exaurida) de minério, que é estimada em 44 anos. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para reduzir seu custo ao valor realizável através de suas vidas úteis-econômicas que é estimada como segue:

Edificações	40 anos
Jazidas minerais	44 anos
Outros	5-10 anos
Máquinas e equipamentos	18 - 30 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. O Grupo não tem ativos de longo prazo que espera abandonar ou alienar e que exigirão a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

Intangível

(i) Software

Compreende custos incorridos para adquirir, preparar e desenvolver os *softwares* para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos a partir da data de início de sua utilização.

(ii) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar alocação de perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(iii) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil.

i. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos não financeiros, exceto estoques

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

(ii) Ativos financeiros não-derivativos

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e ativos de contrato. O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

j. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

k. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço patrimonial.

l. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

m. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

(i) Venda de produtos

Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando o controle sobre o produto é transferido aos clientes, o que normalmente acontece quando os produtos são disponibilizados ao transportador e/ou entregues ao cliente, conforme for o caso.

(ii) Prestação de serviços

As vendas de prestação de serviço de concretagem são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias. Essas prestações de serviços de concretagem são reconhecidas quando da prestação de serviço ao cliente.

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no regime de competência e pelo método da taxa de juros efetiva.

n. Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual refilita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da

passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

o. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

a. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado cor base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributaçào. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

p. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocaram a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e suas controladas optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controlas. Geralmente, a Companhia e suas controladas usam sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia e suas controladas determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

q. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

r. Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) 65
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) 66
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
	
Otmar Hübscher Presidente	Carlos Manuel Guimarães Correia de Barros Conselheiro
Carlos Alberto Medeiros Abreu Conselheiro	João Luís Barbosa Pereira de Vasconcelos Conselheiro
DIRETORIA	
Otmar Hübscher Diretor Presidente	Paulo de Andrade Nascentes da Silva Diretor
Luis Henrique Marques Vidal Nabais Diretor	
Contador	
Suzan Fernanda Humm Brehmer	CRC SC 042221/O-2

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes estão a disposição dos acionistas, de forma integral, na sede da Companhia.

O Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas refere-se as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas integral e não as Demonstrações Financeiras Condensadas.

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

FIQUE ESPERTO

Luiz Kozak Especial para Tribuna

Mais sete novos radares de trânsito em Curitiba, daqueles mais inteligentes, passam a flagrar e multar motoristas que desrespeitarem as leis de trânsito, a partir da próxima segunda-

-feira. Segundo a prefeitura, os equipamentos serão instalados nos bairros Uberaba, Capão Raso, Juvevê, São Francisco e Fanny. Os radares fiscalizam limite de velocidade, conversão proibida, avanço de sinal e parada sobre a faixa de pedestres. Dois destes novos aparelhos ficam na Avenida das Torres.

No Uberaba, dois novos aparelhos de fiscalização serão implantados: um com velocidade máxima de 70 km/h, na Avenida Comendador

Franco (Avenida das Torres), esquina com a Rua Henrique Mehl; e um no outro lado da esquina, com velocidade de 50 km/h, na Rua Henrique Mehl.

Um radar de trânsito de 60 km/h começará a funcionar na Rua Marechal Octávio Saldanha Mazza, nº. 7402, próximo da rua Marechal Rondon, no bairro Capão Raso.

No Juvevê, outro radar com velocidade máxima de 60 km/h será instalado na Rua Guarda-Mor Lustosa, nº. 163, próximo da Rua Moyses Marcondes.

Na Trajano Reis, famosa rua boêmia de Curitiba, um aparelho de fiscalização será instalado na esquina com a Rua Presidente Carlos Cavalcanti, no bairro São Francisco. Por lá a velocidade é de 40 km/h.

No Fanny, dois radares serão instalados na mesma esquina: do lado da Linha Verde (BR-476), os motoristas deverão ter cuidado redobrado com o novo radar de 70 km/h. Já na Avenida Presidente Wenceslau Braz, o radar é de 50 km/h.

FALECIMENTOS

Jefferson César Haninec, 54 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Água Verde.

Márcia de Freitas Salvador, 50 anos, sepultamento hoje, no Crematório Berti (S.J.Pinhais).

Ivone Cardoso Alves, 58 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal Nsa. Sra. Do Carmo (Paranaguá).

Willians Luís Gonzaga, 59 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Parque Iguacu.

Fabrcio Lorena Peters, 21 anos, sepultamento hoje, no Crematório Luto Curitiba.

Vicente Gomes, 97 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Vertical.

João Cananeas da Silva, 78 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Parque das Araucárias (Colombo).

Rodiana Hintz, 86 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Parque Metropolitano (F.R.Grande).

Jair de Souza, 71 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Vila Jordão (Guarapuava).

Expedito Tomé, 75 anos, sepultamento hoje, no Crematório Jardim da Saudade (Pinhais).

Celso Augusto Divaldin, 73 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Santo Antônio.

Valdirene Martins Dias Batista, 52 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal de Almirante Tamandaré.

Marlize Aparecida Bittencourt Dionizio, 48 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Vertical.

Francisco de Assis Ferreira, 71 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Vertical.

Álvaro de Oliveira Bittencourt, 73 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Água Verde.

Dafine Windi Wolanski, 47 anos, sepultamento hoje, no Crematório Vertical.

Maria Flora de Queiroz Telles, 92 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal São Francisco de Paula.

Sebastião Ribeiro dos Santos, 78 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Santa Cândida.

Edemir Guimarães Gasparin, 87 anos, sepultamento hoje, no Crematório Vaticano (Alm. Tamandaré).

ATAS E EDITAIS

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

República Federativa do Brasil
Estado do Paraná
Comarca de Pontal do Paraná
Serviço de Registro de Imóveis
Jorge Susumu Seino – Oficial de Registro / Thais Remor Sebolt – Oficial Substituta

EDITAL

O Senhor **Jorge Susumu Seino**, Oficial do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Pontal do Paraná-PR, FAZ SABER a todos os que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que **ANTONIO ROMÃO DE MIRANDA**, CPF nº 000.675.129-68 e sua esposa **OCTACILIA DONADELLO DE MIRANDA**, residentes e domiciliados na Rua Coronel Otoni Maciel, nº 228, Vila Izabel, Curitiba-PR, são **devedores** dos encargos vencidos e não pagos decorrentes do Compromisso de Compra e Venda firmado aos 20/08/1980, registrado conforme R-1 da matrícula nº 19.551 do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Paranaguá-PR, referente ao imóvel designado pelo Lote nº 12 da Quadra nº 159 da loteamento Balneário Shangri-lá – 2ª Parte, situado no município de Pontal do Paraná-PR, conforme loteamento registrado conforme R-1 da matrícula nº 2.057 do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Paranaguá-PR. O valor do encargo, corresponde a R\$157.522,06, sujeito à atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também, o (s) encargo (s) que vencer (em) no prazo deste edital. E como estejam os mesmos em lugar incerto e não sabido, não sendo possível intimá-los pessoalmente, intimo-os pelo presente a comparecer a este Cartório de Registro de Imóveis, situado na Rodovia PR 412, Km 7, nº 6675, Sala 4, Balneário Leblon, anexo ao Posto Ipanema, Pontal do Paraná-PR, onde deverão efetuar a purga do débito acima discriminado, no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data do aperfeiçoamento desta intimação, que ocorrerá após o decurso de 10 (dez) dias da 3ª publicação deste edital. Ficam identificados de que o não pagamento da referida obrigação no prazo ora estipulado, o contrato acima referido será rescindido, conforme artigo 32, §3º da Lei nº 6.766/1979, para que a requerimento do credor, seja averbado o cancelamento do respectivo registro na matrícula do imóvel.

Pontal do Paraná, 25 de Abril de 2022.

Jorge Susumu Seino
Oficial de Registro

República Federativa do Brasil
Estado do Paraná
Comarca de Pontal do Paraná
Serviço de Registro de Imóveis
Jorge Susumu Seino – Oficial de Registro / Thais Remor Sebolt – Oficial Substituta

EDITAL

O Senhor **Jorge Susumu Seino**, Oficial do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Pontal do Paraná-PR, FAZ SABER a todos os que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que **JOSÉ ORLANDO WOLF**, CPF nº 170.551.809-53 e sua esposa **TEREZINHA LIDIA MARTINS WOLF**, CPF 067.572.919-08, residentes e domiciliados na Rua Rua 01 da Quadra 02, Vila Santa Rosa, Curitiba-PR, são **devedores** dos encargos vencidos e não pagos decorrentes do Compromisso de Compra e Venda firmado aos 18/08/1977, registrado conforme R-1 da matrícula nº 7.005 do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Paranaguá-PR, referente ao imóvel designado pelo Lote nº 13 da Quadra nº 163 da loteamento Balneário Shangri-lá – 2ª Parte, situado no município de Pontal do Paraná-PR, conforme loteamento registrado conforme R-1 da matrícula nº 2.057 do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Paranaguá-PR. O valor do encargo, corresponde a R\$46.974,70, sujeito à atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também, o (s) encargo (s) que vencer (em) no prazo deste edital. E como estejam os mesmos em lugar incerto e não sabido, não sendo possível intimá-los pessoalmente, intimo-os pelo presente a comparecer a este Cartório de Registro de Imóveis, situado na Rodovia PR 412, Km 7, nº 6675, Sala 4, Balneário Leblon, anexo ao Posto Ipanema, Pontal do Paraná-PR, onde deverão efetuar a purga do débito acima discriminado, no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data do aperfeiçoamento desta intimação, que ocorrerá após o decurso de 10 (dez) dias da 3ª publicação deste edital. Ficam identificados de que o não pagamento da referida obrigação no prazo ora estipulado, o contrato acima referido será rescindido, conforme artigo 32, §3º da Lei nº 6.766/1979, para que a requerimento do credor, seja averbado o cancelamento do respectivo registro na matrícula do imóvel.

Pontal do Paraná, 25 de Abril de 2022.

Jorge Susumu Seino
Oficial de Registro

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
SEDU/PARANACIDADE - PAM
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2022.

O MUNICÍPIO de Itapejara D'Oeste, torna público que às 10h00min (dez) horas do dia 12 (doze) de Maio de 2022, na plataforma www.comprasgovernamentais.gov.br, realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

OBJETO	QUANTI-DADE	VALOR TOTAL R\$	PRAZO (DIAS)
Fornecimento e Instalação de Luminárias de Led	100 unid.	142.525,00	120

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao **Pregoeiro de Itapejara D'Oeste, Paraná, Brasil - Telefone : (046) 3526-8300 - E-mail admitapejara@gmail.com**. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço www.comprasgovernamentais.gov.br e no endereço eletrônico www.itapejaradoeste.pr.gov.br, das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Itapejara D'Oeste, 12 (doze) de Abril de 2022.
Vladimir Lucini - Presidente da Comissão de Licitação - Decreto Nº 221/2021

CONDOMÍNIO CONJUNTO RESIDENCIAL BELL TERRA
CNPJ: 68.657.469/0001-31
Rua Leonardo Wesolowski, 45, Campo Comprido, Curitiba - Paraná

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

O Condomínio Conjunto Residencial Bell Terra, sob CNPJ 68.657.469/0001-31, através de 1/4 de condôminos fundamentados no artigo 1.355 do Código Civil e os artigos 24 e 26 da Convenção de Condomínio, vem através deste edital **CONVOCAR** a todos os condôminos, para a **Assembleia Extraordinária** a ser realizada:

DATA: 07 de maio de 2022
LOCAL: Quadra de Esportes – Condomínio Bell Terra
HORÁRIO: Primeira Convocação às 09h00 com a presença de metade do número total de votos e em Segunda Convocação às 09h30 com a presença com qualquer número de votos para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

- Destituição do Síndico
- Eleição de Novo Síndico

Observações:

- Os condôminos ausentes poderão ser representados através de procuradores devidamente munidos de instrumento de procuração, devendo apresentar o documento no momento de ingresso na reunião;
- Somente os condôminos quites com suas quotas condominiais poderão participar e votar na assembleia, conforme dispõe o artigo 1335, III do Código Civil os artigos 24 e 26 da Convenção de Condomínio.

Curitiba, 19 de abril de 2022.

Em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos nº 5001139-07.2020.8.24.0017, em trâmite perante a Vara Única da Comarca de Dionísio Cerqueira/SC, a UNINTER EDUCACIONAL S.A. informa que foi constatado plágio no trabalho de conclusão de curso apresentado pela Sra. Luana Claudia Conterno (jan/2017), intitulado "A Dança Para Crianças Surdas", tendo em vista a cópia de trechos do trabalho de conclusão de curso anteriormente apresentado pela Sra. Tauana Cristina da Silva de Moraes (fev/2016, intitulado "A Contribuição da Dança Para o processo de Ensino e Aprendizagem da Criança Surda"), tendo o trabalho plagiado sido retirado de circulação.

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Deputado Anibal Khury

AVISO DE LICITAÇÃO

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, através de sua Diretoria de Apoio Técnico, torna pública a realização do procedimento licitatório disposto a seguir.

Pregão Eletrônico: nº 007/2022
PROTOCOLO: nº 01010-33.2022
Número da Licitação Sistema Banco do Brasil: 935677

OBJETO: Formação do registro de preço, para contratação de empresa especializada, para prestação dos serviços de transportes de passageiros por meio de Vans Executivas, Micro-ônibus e Ônibus, conforme critérios e especificações no Termo de Referência, parte integrante do edital.

DATA DE ABERTURA – INÍCIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE PREÇOS: 12/05/2022, às 10h00, no endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 17h30 do dia 29/04/2022 até às 09h30 do dia 12/05/2022, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br.

TIPO: MENOR PREÇO.
VALOR MÁXIMO GLOBAL DA LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO: R\$ 100.000,00 (cem mil reais) anual.

AMPLA CONCORRÊNCIA.
INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e seus Anexos poderão ser obtidos a partir das 17h30min do dia 29/04/2022, no sítio da ALEP – Portal da Transparência <http://transparencia.assembleia.pr.leg.br> no link "Compras e Licitações", bem como no endereço: www.licitacoes-e.com.br. Demais informações pelo telefone (41) 3350-4340 ou e-mail licitacao@assembleia.pr.leg.br.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 001.001.6000.3390.3914 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, do Orçamento Próprio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Diretoria de Apoio Técnico.
Curitiba, 28 de Abril de 2022.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

RAIA DROGASIL S/A, CNPJ 61.585.865/0654-40, torna público que irá requerer ao IAP, a Licença de Operação para atividade de C.D. de Drogeria, instalada na Alameda Bom Pastor, 2216, Bairro Ouro Fino – São José dos Pinhais - PR.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
Administração Regional do Estado do Paraná

SISTEMA FAEP
FAEP
www.sistemafaep.org.br

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO – 011/2022 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de solução integrada Firewall de Próxima Geração (Next Generation Firewall - NGFW) composta de Hardware e Software de segurança da informação com a capacidade de integrar todos os recursos em um único dispositivo e aquisição de solução para gerenciamento centralizado de Firewall, para atender às necessidades do SENAR-PR. **Tipo de Licitação:** Menor Preço. **Abertura:** 09/05/2022 às 14:00 hrs.

SUMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

INFRAESTRUTURA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA, torna público que irá requerer à IAT – INSTITUTO ÁGUA E TERRA DO PARANÁ, a renovação da licença de operação para FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS SEM LINHA DE GALVANOPLASTIA INSTALADA RUA BENEVENUTO RATTMANN, 350 – BAIRRO JARDIM PEDRO DEMETERCO, PINHAIS PR.

TBR290422 pdf

Código do documento 95c5bc9e-cd14-4b74-ba3f-389149c6aaec



Assinaturas



EDITORA O ESTADO DO PARANA SA
Certificado Digital
tppubleg@tribunadoparana.com.br
Assinou

Eventos do documento

28 Apr 2022, 22:20:51

Documento 95c5bc9e-cd14-4b74-ba3f-389149c6aaec **criado** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email:tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2022-04-28T22:20:51-03:00

28 Apr 2022, 22:21:30

Assinaturas **iniciadas** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2022-04-28T22:21:30-03:00

28 Apr 2022, 22:22:07

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA O ESTADO DO PARANA SA **Assinou** Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. IP: 191.177.66.80 (bfb14250.virtua.com.br porta: 20380). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Certisign Certificadora Digital S.A.,OU=AC Certisign Multipla G7,OU=A1,CN=EDITORA O ESTADO DO PARANA SA. - DATE_ATOM: 2022-04-28T22:22:07-03:00

Hash do documento original

(SHA256):c03e96488ec6367ee216ce4425d543b07f2375d0f1319928209d7b2a2dd5d73e

(SHA512):4708726c1e9fac8209200aa7e5db079a0042fc33b7d997f168bb5bdb221f9895da57c7b6e00467c133952ea53c6e5d3136aea92bee8d72de26ce75e393a07b60

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign